

**AS RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS DE
ENUNCIÇÃO DO FOLHETO *A MORTE DE
JOÃO PESSOA E A REVOLUÇÃO DE 30*: AS
INFLUÊNCIAS BIOCULTURAIS NAS
ENTRANHAS DO TEXTO**

**RELACIONES INTERPERSONALES DE LA
ARTICULACIÓN DEL FOLLETO *LA MUERTE DE
JOÃO PESSOA Y LA REVOLUCIÓN DE 30*:
INFLUENCIAS BIOCULTURALES EN LAS
ENTRAÑAS DEL TEXTO**

Nélson Barbosa de Araújo
Universidade Federal da Paraíba - UFPB
poetanelson@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho é uma análise das relações intersubjetivas de enunciação do folheto de cordel *A morte de João Pessoa e a Revolução de 30*, onde se insere, também, os episódios da guerra de Princesa. Esta aconteceu entre os liberais, representantes da transformação, auxiliada pelo capitalismo industrial anglo americano e os perrepietas que obstaculavam a modernização. A teoria aplicada foi a proposta da semiótica greimaseana, destacando-se o nível discursivo do percurso da significação.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura de cordel. Revolução de 30. Semiótica das culturas.

RESUMEN: Este trabajo trata de un análisis de las relaciones intersubjetivas de enunciación del folleto de cordel *La muerte de João Pessoa y la Revolución de 30*, donde se insiere, también, los episodios de la guerra de Princesa. Ésa ocurrió entre los liberales,

VOL. 16 - ANO 35 - Nº 2 - 2011

representante de la transformación, con el apoyo del capitalismo industrial angloamericano y los perreperistas que obstaculaban la modernización. La teoría aplicada fue la propuesta de la semiótica greimaseana, destacándose el nivel discursivo del trayecto de la significación.

PALABRAS-CLAVES: Literatura de cordel. Revolución de 30. Semiótica de las culturas.

INTRODUÇÃO

O folheto *A morte de João Pessoa e a revolução de 30* retrata o conflito surgido na Paraíba entre os revolucionários de 30, destacando a figura de João Pessoa, o então *presidente do Estado*. O autor é Severino Sertanejo, pseudônimo de Luiz Nunes Alves, professor universitário e Membro Conselheiro do Tribunal de Contas da Paraíba. A escolha desse pseudônimo se deve a sua origem sertaneja, da cidade de Água Branca. No universo da cultura popular nordestina, essa denominação retrata a identidade de personalidades sofridas, habitantes do sertão nordestino. Severino, geralmente, é vítima da exclusão social, das secas e da pobreza. No entanto, é persistente, sempre busca as alternativas mais diversas para continuar sobrevivendo. Podemos encontrá-lo como personagem intérprete da vida cotidiana entre o latifúndio e a miséria, chegando a beirar a morte, numa aventura errante do êxodo realizado entre o sertão e o mar, fugindo daquela morte que se morre *de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, e de fome, um pouco por dia* (MELO NETO, 1980). Este é Severino retirante, habitante definitivo do clássico da Literatura brasileira: *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto.

O que motivou a escritura do folheto foi a preparação para um grande evento, onde um sertanejo, poeta, vivo foi contratado para homenagear um sertanejo político morto. O autor e o homenageado

nasceram na zona mais pobre do sertão paraibano e procuraram os grandes centros litorâneos para realizarem seus estudos. Daí conseguiram lugar na elite intelectual dominante. Poderiam, a partir de então, declararem-se vencedores e pronto. Mas, o então homenageado preferiu sair do lugar cômodo de homem da Lei para uma aventura *quixotesca*, intrínseca à realidade sócio-política paraibana e brasileira, nos anos trinta. Na luta, em busca de lugares sociais cada vez mais altos na instância do poder, decidiu guerrear contra a própria classe de onde emergiu. Já o outro, o poeta preferiu realizar grandes aventuras, mas, através da literatura, onde sua vida correria menos riscos.

RELAÇÕES INTERSUBJETIVAS

As relações intersubjetivas de enunciação e de enunciado acontecem entre os sujeitos discursivos que a semiótica costuma chamar enunciador e enunciatário que não são, apenas, emissor e receptor de mensagens, mas sujeitos, ideologicamente marcados no discurso, por valores que intervêm na narrativa. Assim, eles podem ser, não somente narradores, como atores, daí a tipologia proposta por Batista (1999) de enunciador – narrador que conta os fatos em terceira pessoa, distante deles no tempo e no espaço e enunciatário – ator que aparece em primeira pessoa e se encontra como ator dentro do texto.

Ao iniciar a narrativa (estrofes 2 e 3), o enunciador-narrador declara ao enunciatário o compromisso que está assumindo em favor da figura de João Pessoa:

*Quebrar a seqüência histórica,
Guardem esta informação,
Em atenção ao pedido
Da egrégia Comissão,
Que, com marcantes lampejos,
Organizou os festejos,*

VOL. 16 - ANO 35 - Nº 2 - 2011

Tudo em comemoração. (estrofe 2)

*Comemoração da data
Em que nasceu João Pessoa.
Por isso mesmo o evento
Em todo o Brasil ressoa.
Uns gostando e outros não,
Coisas da Revolução,
Que nem pra todos foi boa. (estrofe 3)*

Em seguida, declara sua fidelidade à historiografia:

*Desse modo, sobre trinta
Aqui pretendo falar
À vista do que foi dito
Daquele tempo pra cá.
Fiel à historiografia
De que pude me louvar. (estrofe 4)*

Numa escolha de elementos estratégicos para arquitetar a narrativa, o enunciador-narrador apresenta a bibliografia que *alicerça* a sua obra, revestindo-a de veracidade:

*Barbosa Lima Sobrinho,
A verdade Sobre Trinta,
Virgílio de Melo Franco,
Você, se quiser, desminta.
A todos eles me apego,
Também o “Ano do Nego”,
Faz correr meu lápis-tinta. (estrofe 5)*

*O “Ano do Nego” eu sei
E você sabe também
Que sendo de Zé Américo
Comprova o valor que tem.
Ele que viu em Princesa*

*O sangue na correnteza,
Como atesta muito bem. (estrofe 6)*

*“Uma Vida e Muitas Lutas”
Do indomável Juarez.
João Lélis, que em Princesa,
Se portou com altivez,
Bancando Euclides da Cunha,
Foi, decerto, a testemunha,
Que muito registro fez. (estrofe7)*

*Arrolo Ademar Vidal,
Dizem que muito exaltado,
Cito Álvaro de Carvalho,
Presidente ponderado
Que junto com o Ministro
Soube evitar o sinistro
Mais cruento do Estado.(estrofe 8)
Tem Severino Procópio,
Com o seu “Depoimento”
Apoiado em tanta gente,
Vai me sobrar argumento
Se muita informação tinha,
Vem, agora, Inês Caminha
Debulhando o seu talento (estrofe 9)*

Essa relação entre os sujeitos está prevista na sintaxe discursiva, onde o Enunciador procura convencer o Enunciatário de que são verdadeiras as afirmações apresentadas na narrativa. Nesse subnível, o primeiro procura criar uma ilusão de verdade na mente do segundo. Para isso, apresenta-se credibilizado pela bibliografia lida, logo nas páginas iniciais, adicionando a ideia de fidelidade, com intuito de não assumir responsabilidade pela veracidade dos fatos abordados.

Mas, a bibliografia, apresentada pelo Enunciador, não

corresponde à totalidade dos principais autores e respectivas obras constantes na historiografia. Abrange apenas as obras de defesa a João Pessoa. Vejamos como Caminha (1978, p.15) tratou essa questão:

Dentre as obras de “defesa” a João Pessoa – apesar da neutralidade declarada e ou pretendida – destacam-se: ALMEIDA, José Américo de – O Ano do Négo. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1968; LÉLIS, João – A Campanha de Princesa: 1930. João Pessoa, A União, 1944; PESSOA, Epitácio – João Pessoa – Aliança Liberal – Princesa. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1965, (Obras Completas de Epitácio Pessoa, vol. XXIV); PROCÓPIO, Severino Gomes – Meu depoimento – Revolta de Princesa – Revolução de 1930; VIDAL, Adhemar – 1930: História da Revolução na Parahyba. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933; dentre as de “defesa” ao coronel José Pereira: CALDAS, Joaquim Moreira – Porque João Dantas assassinou João Pessoa: o delito do “Glória” e a tragédia da Penitenciária do Recife (sic) em 1930. Rio de Janeiro, Est. De Artes Graphicas Mendes Junior, s.n.t., s/d; CARDOSO, José Gastão – A heróica resistência de Princesa. Recife, Escola Industrial Agamenon Magalhães, 1954.

Portanto, o Enunciador-Narrador não inclui autores e obras que se opuseram a João Pessoa, a exemplo de José Gastão Cardoso que escreveu *A Heróica Resistência de Princesa* (Recife: 1954); Joaquim Moreira Caldas, *Porque João Dantas assassinou João Pessoa* (Rio de Janeiro: s/d.) e outros autores de consagração nacional como Joaquim Inojosa, considerado introdutor do *Modernismo* no

Nordeste e que escreveu vários livros sobre a guerra de Princesa.

Como se não bastasse, o Enunciador reforça a credibilidade dos autores, chegando a comparar, em pé de igualdade, a obra de um deles a *Os Sertões*, de Euclides da Cunha:

(...)

*João Lélis, que em Princesa,
Se portou com altivez,
Bancando Euclides da Cunha,
Foi, decerto, a testemunha,
Que muito registro fez (estrofe 7).*

Essa recorrência a obras e autores históricos, quer na política, na literatura e na própria história do Brasil, caracteriza o que, em semiótica, chama-se *ancoragem*, que também tem a função, no discurso, de convencer o enunciatário da verdade coletiva já oficializada.

Relevância ainda maior, quase que dogmática, é prestada à obra de José Américo de Almeida (1968) que, além de escritor, foi também o responsável pela execução da guerra, enquanto Secretário de Segurança do Estado e homem da confiança do Presidente João Pessoa (estrofe 06).

Com esses argumentos, o Enunciador *faz-criar* o leitor de que está sendo justo e convence a *egrégia Comissão Organizadora do Evento* de que está sendo fiel ao compromisso.

Em seguida, esse narrador faz uso de um outro mecanismo discursivo, denominado *embreagem*, com o objetivo de tornar ainda mais verdadeiros os fatos da narrativa. Nesse momento, o Enunciador fica conjunto no tempo e no espaço com a enunciação:

*Feito esse assentamento,
É hora de começar.
Dou de garra no Cruzeta
Encho de bala o Borná.*

VOL. 16 - ANO 35 - Nº 2 - 2011

*Sem me importar com mandinga,
Já posso entrar na Caatinga
Para morrer ou matar (estrofe 10)*

Trata-se de um recurso argumentativo característico das narrativas clássicas, quando o Enunciador faz uso do discurso direto, assumindo a narrativa, em primeira pessoa, transportando-se para o tempo e o espaço da enunciação, quando e onde ocorreram os fatos narrados. A intenção é de convencer o enunciatário de que ninguém é mais verdadeiro que ele próprio para contar o que viu, porque realmente estava lá.

Vale salientar que, nessa estrofe, o enunciador se deixa ver por dois lados opostos, ou seja, ao tomar a indumentária para ir brigar, vale-se apenas de objetos que são peculiares aos dois tipos de guerreiros (o rifle, a munição, o embornal). Em outras palavras, com esse aparato bélico, vai permitir ser visto pelo enunciatário, tanto como um *cabra de Zé Pereira*, como um *soldado da polícia*. Parece proposital que - figuras como boné, farda, botas, que são típicos de policiais, bem como, chapéu, tabaqueira, alpargatas, característicos do lado oposto - não sejam abordadas pelo enunciador. Um outra figura de sertanejo ligado ao campo, está implícita no sema *mandinga*, na mesma estrofe, que significa feitiçaria, bruxaria, termos cultivados pelo povo menos favorecido, como agricultor, vaqueiro, rezador e outros.

Ainda com relação à estrofe acima, convém dizer que na prática, o enunciador não atinge a proposta que anunciou, ou seja, em nenhum momento da narrativa, o enunciador chegou a entrar no espaço da caatinga, onde se deram os maiores combates da guerra de Princesa. Aliás, a maioria dos episódios relevantes dessa guerra que foram colhidos pelos autores adotados na bibliografia de Luís Nunes é omitida por *Severino Sertanejo*, no presente romance. Nessa observação, percebe-se que o enunciador nada menciona sobre a prisão das mulheres dos Dantas em Teixeira, por Ascendino Feitosa,

as quais padeceram um dia de torturas e ameaças de morte. Vale lembrar que este fato foi colhido pela historiadora Inês Caminha e que além de relatá-lo, ilustrou com entrevistas autênticas e ricas de detalhes; o Enunciador/narrador nada diz sobre a transferência do Comando Geral da Segurança Pública do Estado da Paraíba para a cidade de Piancó, como uma estratégia para destruir Princesa, fato este relatado por Lélis, Caminha e pelo próprio José Américo que era o Secretário de Segurança do Presidente João Pessoa. Não fala sobre as Colunas Policiais *norte, sul e oeste*, organizadas por João Pessoa e José Américo, para vencer Princesa, com ataques simultâneos. Nada relata sobre a prisão das mulheres lideradas pela bela e valente Xandu, tomadas como escudo humano, para invadir Princesa e, ainda, não menciona o pânico causado pelos aviões, em Princesa e Piancó, bem como, ignora o alvejamento destes pelos *cabras de Zé Pereira*. O enunciador, apesar de anunciar seu ingresso na guerra, mostra-se ausente em todos os seus combates. Nem mesmo em sua terra natal (Água Branca) chega a acompanhar a *Coluna da Vitória*, como assim intitularam seus protagonistas João Pessoa e José Américo. Ali, não compareceu, nem mesmo para partilhar dos repentes glosados pelo seu conterrâneo e *xará*, poeta Luiz Moura. Parece que o enunciador previra que até o bruxo que iria enfeitiçar José Pereira estaria entre os primeiros a serem carbonizados na trágica emboscada de Água Branca, onde toda a Coluna foi derrotada.

Essa ausência do enunciador é chamada, na sintaxe discursiva, como *Debreagem*. Isso equivale ao distanciamento do enunciador, do tempo e do espaço da enunciação e ocorre por um capricho proposital do mesmo, com intenção de persuadir o enunciatário, inaugurando uma contrapartida, uma perspectiva nova no discurso, preservando, no momento pretendido, a originalidade do tempo e do espaço da enunciação. Se nos basearmos em Greimas e Courtés (1979, p. 95), vamos perceber que o motivo dessa ausência encontra-se em episódios de sucessivos fracassos para o homenageado que foi

assassinado em 1930. Assim sendo, preferiu o narrador postular um *não-eu, não-agora e não-aqui*:

*Eis que lá³⁹ em Pernambuco
Quis Epitácio Intervir,
A fim de um amigo seu⁴⁰
a eleição garantir.
Porque o exército envolveu,
A tropa se aborreceu
Com o seu⁴¹ modo de agir (estrofe 16).*

Em outro momento, relatando sobre a reação do coronel José Pereira quando recebeu a notícia da morte de João Pessoa, o enunciador assume o discurso, declarando que estava ausente do tempo e do espaço da enunciação:

*E tudo que foi de samba
Ele mandou acabar.
E mais nenhum tiroteio
Alguém iria escutar.
Não vi⁴², mas pelo que sei,
O General Wanderley
Mandou Princesa ocupar (estrofe 273).*

Conforme atestam os demais autores, inclusive *Caminha* (1978), após a morte de João Pessoa, o Presidente Washington Luís, através do General Lavanieri Wanderley, entrou em acordo oficial com José Pereira para que este dissolvesse seus grupos e entregasse as armas, recebendo em troca a garantia do Exército na cidade, até que a cidade fosse reintegrada ao Território Paraibano, sem

³⁹ grifo nosso

⁴⁰ grifo nosso

⁴¹ grifo nosso

⁴² grifo nosso

represálias. O acordo foi cumprido e a cidade já recebia, em paz, o retorno de seus habitantes, na maioria, mulheres, idosos e crianças. Tudo parecia está resolvido, quando, José Américo persuadiu o presidente paraibano e, sem autorização oficial, invadiu Princesa com trezentos e sessenta e cinco policiais fortemente armados, causando pânico, correria e mortes, inclusive matando o agricultor João Flor, dentro de sua própria casa, na presença de suas filhas menores. A causa da morte foi o fato de ter o agricultor se movido até a janela para olhar a polícia, conforme está registrado na estrofe 275: *E um se vai, porque se move*. Isso soou publicamente como uma atitude muito autoritária e fora da lei. Mas, o enunciador minimiza esse impacto, favorecendo os seus protagonistas, uma vez que, para isso altera a ordem do tempo cronológico no discurso. Vejamos:

*Porém, no mês de setembro⁴³,
Era dia vinte e nove⁴⁴,
Com mais de trezentos homens
José Américo promove
Também uma ocupação,
À base do supetão
E um se vai, porque se move (estrofe 275).*

No entanto, a estrofe seguinte, conta sobre um telegrama que o general Vanderley havia feito a João Pessoa, informando que Coronel José Pereira havia deposto as armas desde agosto. Portanto, a ida de José Américo, o então secretário de segurança de João Pessoa, em setembro, aconteceu quando Princesa já estava dominada. O suposto ato heroico do secretário foi uma burla para persuadir o leitor de que o governo venceu a guerra. Compare-se a estrofe anterior com as seguintes:

⁴³ grifo nosso

⁴⁴ grifo nosso

*A dezenove de agosto*⁴⁵,
Naquele preciso dia
O General Wanderley
Estando em princesa, envia
Telegrama ao Presidente
Se dizendo bem contente
Por tudo que ali se via
(estrofe 277).

- *Deputado Zé Pereira,*
Do telegrama constou,
Dissolveu as suas forças
E o armamento entregou.
Já se encontra em minha mão
Toda aquela munição
Que da luta lhe restou
(estrofe 278).

Portanto, Princesa, um mês depois, não estava mas em *pé-de-guerra*, quando ocorreu essa invasão policial.
Vejam os que diz a estrofe seguinte:

Onde o Coronelismo
Era uma instituição;
onde a lei tava na mira
Dos rifles de Lampião;

É, também, uma citação contraditória, uma vez que o cangaço já não estava tão forte na Paraíba, em 1930 pois em 1924/25, o Presidente João Suassuna, em cumprimento ao seu maior compromisso de campanha, promoveu, através do coronel José Pereira, a expulsão de Lampião do território paraibano, em definitivo. Como dizer que a vida do sertão estava sob a guarda do cangaço? O próprio autor do folheto no verso seguinte (estrofe 65) menciona que o cangaço “colocava marca-passo no coração do Sertão”.

Mas, no decorrer da narrativa, há passagens em que o enunciador não esconde algumas convicções contrárias a João Pessoa e aos seus atores. Podemos observar isso a partir da estrofe seguinte, valorizando o Governo de Washington Luís, inimigo de João Pessoa:

⁴⁵ grifo nosso

*Pôs fim ao “Estado de Sítio”,
Antes dele decretado.
Da liberdade de imprensa
Fez o seu apostolado.
Direito a reunião
E a pública opinião
Colocou-se do seu lado (estrofe 41).*

Este fato contrasta com os feitos repressivos da oligarquia de Epitácio, que no seu governo, decretou *Estado de Sítio*, puniu e calou a imprensa, estendendo-se ainda com mais veemência, no governo de Artur Bernardes.

Depois, o enunciador adentra-se no Governo do próprio João Pessoa, fazendo uso de metáforas para que sua crítica não seja notada. Vejamos:

*Em matéria de política,
Ele entrou mesmo abaixado
E foi mexer num sistema
A que chamou de enfeudado.
O fogo de marimbondo
Se não pega está expondo
Quem tem o fogo ateado (estrofe 76).*

É comum ouvir-se, entre as expressões mais populares, dizer que alguém foi mexer em casa de marimbondo, quando esse agente se dá mal numa ação qualquer. Isso ocorre, geralmente, quando a pessoa não está preparada para realizar algo que poderá ser perigoso. Nesse caso, essa pessoa irá se submeter às venenosas ferroadas das abelhas mais valentes e graúdas que, metaforicamente, podem corresponder aos coronéis, fazendeiros, empresários e políticos tradicionais. Situação semelhante ocorreu contra os políticos em geral, quando João Pessoa os puniu, aplicando-lhes *vassouradas* (estrofe 78), ou seja, demissão e até prisão. Quanto ao fogo, poderá

ser tomado como o fogo que queimou as fazendas dos Dantas (estrofe 219), a mando do próprio João Pessoa. Este aparece no discurso metaforizado como: / *o fogo que se alastrou, / o aceiro ultrapassou / prá muita coisa arrasar* / (estrofe 116). Outra metáfora é a do *cansaço* para dizer que Ascendino Feitosa inaugurou a guerra de Princesa, massacrando os Dantas, em Teixeira. A intenção do Enunciador é sempre de não assumir responsabilidade pelo fato, bem como, de confundir a Comissão Organizadora do mencionado evento comemorativo. Vejamos:

(...)
*Quem sobe a serra se cansa,
Não cansa é quem vai brigar.*
(...) (estrofe 164).

*E se foi. Subiu a serra,
E sentiu pouco cansaço
(...)
foi chegando e atirando,
assim, também, começando
uma luta, sem cangaço* (estrofe 165).

A luta referida neste último verso é a guerra de Princesa. Vale salientar que a expressão *sem cangaço* é um termo que contraria a afirmativa constante de João Pessoa, de que a guerra era contra os cangaceiros de Princesa, inclusive, o enunciador reforça essa afirmativa na estrofe seguinte ao noticiar que:

*Em defesa de amigos
O coronel Zé pereira,
Desloca seu pessoal
A caminho de Teixeira.
(...) (estrofe 166)*

Em outra ocasião, João Pessoa aparece como invasor das propriedades e de famílias alheias, aproveitando-se do poder público para agir fora da Lei: / (...) / *dar busca em propriedades / para a todos desarmar / fosse inimigo ou parente / amigo ou mesmo aderente, / ninguém podia escapar* / (estrofe 81). E ainda:

*Vejo os Dantas em família,
Duramente massacrados;
O governo lastimando
A carência de soldados,
(...) (estrofe 167).*

Novamente, o enunciador discursivo, fazendo-se presente no tempo e no espaço da enunciação, fazendo o enunciatário crer na veracidade do que está sendo dito. Aliás, num trocadilho sutil, o mesmo chama a atenção para ir um pouco além do que consta no conteúdo da bibliografia apresentada. Em outras palavras, afirma o narrador que João Pessoa, realmente, mandou Ascendino atacar os Dantas. Vejamos:

*Vejo o tenente Ascendino
Encurralando Silveira,
O mesmo Silveira Dantas
Dos Dantas lá de Teixeira,
Contra os quais o Presidente
Ordenou fosse o tenente
Com homem, rifle e peixeira (estrofe 168).*

Nesse ritmo, o Enunciador não se intimida em expor João Pessoa à ilegalidade, na própria superfície da narrativa, ao se referir à cobrança tributária:

*Sei que a guerra tributária
Como tal, foi superada
Porque entrando a justiça,*

*Sempre bem equilibrada,
Já no plano federal
Julgou inconstitucional
A lei aqui prefalada (estrofe 117).*

O enunciador, ao invés de escolher figuras que exaltasse o homenageado, apresenta termos que não estão em conformidade com o que fora combinado. Por exemplo, no que se refere à cobrança tributária, o ato de João Pessoa impor *barreiras* nas fronteiras com os Estados circunvizinhos causou o protesto dos comerciantes, que apelidaram o Presidente de *João Porteira* e *João Cancela* (estrofe 90). O autor se prontificou a fazer um elogio a João Pessoa e acabou descrevendo-o como registrou a história popular, corrente nas regiões interioranas do Estado.

Nessa perspectiva, o enunciador apresenta atos ditatoriais de João Pessoa em vários momentos da narrativa:

*Com isto se tinha em vista
A quase proibição
Do comércio de fronteira
Em quase todo o sertão:
Com o povo potiguar,
Inda mais no Ceará,
Além do Norte Leão (estrofe 102).*

E continua mostrando o autoritarismo, impondo as regras para quem se opusesse ao seu governo:

*Porque fazia aos apelos
Ouvido de mercador,
O jornal oficial
Certa feita anunciou
Que qualquer insatisfeito
Tinha, inclusive, o direito
De deixar o interior (estrofe 107).*

VOL. 16 - ANO 35 - Nº 2 - 2011

Mais adiante, o enunciador glosa o ocorrido em que, para os políticos em geral, para composição da chapa para o pleito eleitoral de 1930, João Pessoa aplicou *dois pesos e duas medidas*, ou seja, um ato de inteira injustiça:

*Quem já fosse deputado
(era a sua decisão)
de modo algum tentaria
novamente a eleição.
Exceto Carlos Pessoa,
Seu parente, gente boa,
Amigo do coração (estrofe 141).*

O fracasso das tropas policiais de João Pessoa é relatado pelo enunciador como uma seqüência de sofrimentos e perdas:

*Todo o transcorrer da luta
Foi sob fogo cerrado.
Matar homem, como bicho,
de faca, tiro, queimado;
passar fome, sentir sede,
dormir no chão, não ter rede
nem para ser enterrado (estrofe 181).*

Até mesmo a desigualdade entre as partes inimigas constituintes da guerra foram expostas:

*Baticum de lata velha
Ou nova, não interessa,
A polícia improvisava
(Zé Américo nos confessa)
para enfrentar Zé Pereira
que bala na cartucheira
tinha sem ser de promessa (estrofe 184).*

Na ordem evolutiva do curso, passa a narrativa para Álvaro de Carvalho. Com suas palavras, profetizar a guerra, evitando assumir qualquer responsabilidade pelo dito:

*–Em João Pessoa cresciam
A impaciência e a incerteza
Visto que de aliancistas
Só lhe restava tristeza.
E assim desalentado
Nunca teria chegado
À rendição de Princesa (estrofe 187).*

Relata ainda o objetivo de João Pessoa em relação a Princesa, mediante as circunstâncias:

*Por tudo isso se via
Crescer a desolação
Ninguém, na certa, sabia
Se se daria a invasão
Planejada com freqüência
E impossível ante a carência
De armas e munição (estrofe 208).*

Anuncia atitudes de desrespeito e de imoralidade nas ações do presidente homenageado, dirigindo-se a João Dantas:

*Em resposta ao telegrama
O Jornal oficial
Imprime ódio e expressa ira
No seu editorial.
Expressão vi, não sei quantas,
Se referindo a João Dantas,
Que não se bota em jornal (estrofe 225).*

Nas estrofes que mostram o percurso do presidente a Recife aparece um João Pessoa descuidado, sem noção de tempo nem de compromisso, considerando que se tratava de um Presidente estadual. Aliás, a viagem à capital pernambucana não foi justificada, uma vez que a visita ao amigo Juiz Cunha Melo era desnecessária, pois o mesmo não estava enfermo; a compra de munição era um ato ilícito do ponto de vista legal; o perigo de passear pela cidade, tirando fotografias, tomando chá, conversando amistosamente com conhecidos, logo na cidade onde estavam seus maiores inimigos, isso caracteriza um sujeito sem noção das circunstâncias políticas e pessoais onde estava inserido.

Apenas no final do folheto (estrofes 338 e 339) é que o enunciador fala diretamente com o enunciatário (leitor), dizendo ter atravessado a luta e relatado todos os fatos que ocorreram em 1930, declarando que cumpriu o seu papel, enquanto trovador e que saiu daquela aventura sem nenhum arranhão.

CONCLUSÃO

Observamos, no final da análise, que a narrativa é contraditória em vários momentos. De um lado, o narrador assume a postura de homem da lei, inserido na elite dominante, enquadrando-se no perfil daqueles que defendem a Ordem e o Progresso, com o compromisso de defender João Pessoa e, evidentemente, os liberais. Mas, de outro lado, emerge de sua obra a identidade sertaneja.

Na sua lucidez poética que Luiz Nunes, mesmo sendo um homem integrado ao poder público, e assim, vinculado à classe dominante, não conseguiu esconder a sua condição de sertanejo da região de Princesa (Água Branca) de onde se levantou o maior rival de João Pessoa e, conseqüentemente, da elite revolucionária. Transfigurou-se em Severino Sertanejo e permitiu que, nas entrelinhas de seus versos, fosse lançado um olhar de razão para aqueles que foram soterrados pela avalanche da história oficial,

contada e legitimada pelos ditos vencedores. Assim, fez uso do conhecimento de mundo e da habilidade em articular e manipular o discurso para, de um lado, atender à demanda para a qual fora contratado e de outro, não se deixou eliminar enquanto sujeito possuidor de uma identidade, inserido no universo cultural de suas origens. E conseguiu, graças à construção de uma narrativa complexa onde, num plano superficial, engrandece João Pessoa, enquanto homem público heróico, modernizador e avançado para sua época. Já num plano mais profundo esses valores são negados. João Pessoa passa a ser concebido pelo enunciador como um homem despreparado para a administração pública, uma vez que, agia como dono do poder, do qual emanava a verdade. Sabia bem emitir sentenças, lá na capital federal, onde a modernidade já havia avançado, porém, deslocado de espaço e de função na Paraíba, que ainda era provinciana, tornou-se um político intransigente, valente, descuidado e até, oportunista, que se utilizou do poder público para destruir a cultura e a tradição de um povo. Pessoa guerreou contra seu próprio povo e lugar de origem (o sertão).

No caso específico da guerra de Princesa, concluímos que houve um confronto ideológico, onde, de um lado, os liberais - representantes da transformação, auxiliada pelo capitalismo industrial anglo-americano - agiram através da força para destruir o que lhe era obstáculo. De outro lado, a tradicional região de Princesa - onde figurava como líder político o *coronel letrado*, José Pereira - que se encontrava com sua economia organizada e, por isso, não quis perdê-la. Isso ocasionou a guerra.

A reação de Princesa, longe do que afirmam alguns autores liberais, não corresponde a uma reação à modernidade, nem tampouco à industrialização. Na verdade, em Princesa, nos anos vinte, já se encontrava a modernidade, figurativizada nas grandes agências de veículos, energia elétrica, fábricas e outros. O problema maior é que o Estado promoveu uma invasão à cidade, destruindo o *meio de vida* da população, sem instalar um outro em seu lugar.

Estima-se que, na voz popular, para a implantação da modernidade pleiteada para o Estado ter sucesso seria preciso um projeto sócio-econômico dinâmico e eficiente. Isso levaria bastante tempo para as adequações e os ajustamentos consolidados. Dentro desse projeto, a educação seria fundamental para que as pessoas tomassem consciência da construção em curso. Assim, o coronelismo seria destituído, sem que o povo sacrificasse seus maiores valores: a identidade, a memória, a cultura e até mesmo a vida (na guerra). Não é convincente a justificativa de que o Estado, em 1930, ainda era muito atrasado para executar um plano educativo como afirmamos acima. A história mostra que já nos anos vinte, a professora Anayde Beiriz alfabetizava e educava trabalhadores da construção civil e pescadores do mangue, em seus próprios locais de trabalho, na cidade portuária de Cabedelo – PB., entretanto, ao invés de ser absorvida pelo Estado, foi morta em consequência da *revolução*.

Essa imposição, mudando apenas a proporção, foi a mesma utilizada pela chamada vitória da tal *revolução* que levou o país a uma longa ditadura, diferente da ideia de liberdade que pregavam seus articuladores.

Quanto a João Pessoa, o motivo mais imediato da sua morte foi o fato de o mesmo não ter aceitado o convite para fazer a *revolução*. Isso gerou um grande descontentamento por parte dos *revolucionários*. Assim, para estes, somente morto, João Pessoa teria valor. Através dos meios de comunicação, a imprensa sensibilizadora, o transformaria em mártir e provocaria a adesão e a reação do povo. Nessa perspectiva, vários autores defendem que tanto João Pessoa quanto João Dantas foram vítimas de uma conspiração *revolucionária*.

A partir da morte de João Pessoa, o clima de ódio, medo, intriga e pânico ocupou o vazio das manifestações culturais que antes, diariamente, ocorriam em Princesa. A vida cultural daquele povo sertanejo abarcava cantorias, elaboração e leitura de folhetos de cordel, danças de coco-de-roda, reisado, pastoris, vaquejadas e

sambas. Mas, a partir de então, tudo isso acabou. Registros mostram que a polícia vigiava e punia com total rigor aqueles que ousassem fazer qualquer composição sobre a guerra. Os soldados entravam nas casas e destroçavam as mobílias em busca de armas e de folhetos. Muitos poetas pagaram com a vida por composições que estavam apenas no papel; outros sofreram torturas; outros preferiram realizar o percurso da *triste partida*, indo para o Mato Grosso, Amazonas ou São Paulo, para salvarem de tamanho perigo. Somente em 1950, com a chegada do rádio, o cinema, o asfalto e a televisão, os princesenses foram se adequando aos poucos a essas novidades. Entretanto, estas vieram substituir o cordel, causando quase que a morte total desse veículo de cultura popular.

Com essas apurações concluídas, já podemos afirmar e, ao mesmo tempo responder ao questionamento da ilustre pesquisadora de Cordel, Professora Neuma Fechine Borges, sobre o que terá ocorrido com a produção de cordel sobre José Américo, na guerra de Princesa. A nossa resposta é que os poetas cordelistas que compunham a geração daquela época eram em sua maioria sertanejos. O berço desses poetas localizava-se em São José do Egito e Teixeira, cidades representadas politicamente pela família Dantas, e Princesa, pelo *coronel* José Pereira. Assim sendo, não se pode esperar que aqueles geniais poetas, que colheram tão bem o ciclo das secas e do cangaço, traíssem a sua própria pátria, em favor de quem somente lhes fizera o mal.

A guerra foi demasiadamente prejudicial ao Estado, que já estava com sua economia em crescimento. A guerra esvaziou os cofres públicos do Estado, interrompeu projetos em andamento e levou mais de mil paraibanos à morte, além de causar tantos outros prejuízos ainda não registrados.

Foi uma grande perda para os pesquisadores e para o povo em geral, a guerra de Princesa não ter sido colhida pelos cordelistas, que faziam, na época, a função do jornalismo rural.

Comprovamos que ainda existe na região de Princesa farto material cultural a ser colhido, envolvendo folclore, cancionero, romanceiro e outros. O que se sabe é que nunca foi realizado um trabalho direcionado para esses temas culturais, nem antes, nem durante, nem depois da guerra. Sabe-se ainda que nenhum trabalho pedagógico educativo tenha sido realizado em escolas ou em qualquer lugar social daquela região, com o intuito de ajudar a diminuir os traumas da guerra, considerando que, nos dias atuais, a agricultura continua em estágio muito antigo e a violência em nível muito elevado. Com a palavra os pesquisadores.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Agassiz. **A República das elites**. Editora Bertrand Brasil Ltda. Rio de Janeiro: 2004.

ALMEIDA, Átila Augusto F. de; SOBRINHO, José Alves. **Dicionário Bio-Bibliográfico de Repentistas e Poetas de Bancadas**. Tomos I e II, Editora Universitária, João Pessoa: 1978.

ALMEIDA, José Américo de. **O Ano do Nego – Memórias**. Record, Rio de Janeiro: 1968.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Traços sociossemióticos e culturais na análise de um texto**. Revista Brasileira de Lingüística, SBPL/Plêiade, v.9, n.1, São Paulo: 1997.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter J. Evangelista; Maria L. V. de Castro. Graal, 7ª ed. Rio de Janeiro: 1998.

BANDEIRA, Lourdes; MIELE, Neide; GODOY, Rosa. **Eu Marcharei na Tua Luta, a vida de Elizabeth Teixeira**. Editora Universitária, João Pessoa: 1997.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. Ática, São Paulo: 1990.

BARROS, Leandro Gomes de . **No reino da poesia sertaneja**. Ideia, João Pessoa: 2002.

BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita. **O romanceiro tradicional no Nordeste do Brasil: uma abordagem semiótica**. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Lingüística. USP, São Paulo: 1999.

_____. A significação como função semiótica. **Graphos: Revista da Pós-Graduação em Letras**, Ideia. v. V, nº1, João Pessoa: 2000.

_____. O discurso semiótico. In: ALVES, E. F.; BATISTA, M. de F. B. de M; CHRISTIANO, M. E. A. (Org.). **Linguagem em foco**. Ideia, João Pessoa: 2001.

BATISTA, Sebastião Nunes. **Poética popular do Nordeste**. Fundação casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: 1982.

BORGES, Francisca Neuma Fechine. **Presença de José Américo na Literatura de Cordel** (Antologia). v. 6, Fundação Casa de José Américo, Almeida Gráfica e Editora Ltda. João Pessoa: 1994.

BURNS, Edward Mcnall. **História da Civilização Occidental**. Tradução de Lourival Gomes Machado [et al]. 3.ed. Globo Porto, Alegre: 1975.

CALDAS, Joaquim Moreira. **Porque João Dantas assassinou João Pessoa**. Rio de Janeiro: (s/d).

CAMINHA, Inês Lopes Rodrigues. **A Revolta de Princesa**. “A União” Cia Editora. João Pessoa: 1978.

CARDOSO, Tânia Maria de Sousa. **Cordel, cangaço e contestação: uma análise dos cordéis A chegada de Lampião no inferno (José Pacheco da Rocha) e A chegada do Lampião no céu (Rodolfo Coelho Cavalcante)**. Fundação vingt-un Rosado, Mossoró: 2003.

CARDOSO, José Romero Araújo. **Nas veredas da terra do sol**. Fundação Vingt-un Rosado, Mossoró: 1996.

CARONE, Edgard. **A República Nova**. Difusão Européia do Livro, São Paulo: 1974.

CARVALHO, Rodrigues de. **Nas Vésperas da Revolução e Memórias**. 2ª ed. Acauã, João Pessoa: 1978.

CARVALHO, Rodrigues de. **Serrote Preto/ Lampião (seus sequazes)**. 2.ed. Sedepra, Rio de Janeiro: 1974.

CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos**. 4.ed. Moderna, São Paulo: 1988.

COURTÉS, Joseph. **Introdução à Semiótica narrativa e discursiva**. Almedina, Coimbra: 1979.

COUTINHO FILHO, Francisco. **Violas e repentis**. 2.ed. Leitura, Rio de Janeiro: 1972.

COUTINHO, Marcos Odilon Ribeiro. **Poder, alegria dos homens**. A Imprensa, João Pessoa: 1965.

DANTAS, Manuel Duarte. **A Verdade sobre os fatos de 1930**. Natal: 1982.

DEELY, John. **Semiótica**. Ática, São Paulo: 1990.

FERNANDES, Carlos Dias. **Fretana**. Editora Gráfica Ltda. João Pessoa: (s/d).

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 7.ed. Contexto, São Paulo: 1999.

_____. **Linguagem e ideologia**. 7.ed. Ática, São Paulo: 2000.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Du sens**. Essais sémiotique. Seuil, Paris : 1970.

_____. **Semiótica do discurso científico**. Tradução de Cidmar Teodoro Pais. Difel/SBPC, São Paulo: 1976.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução: J. Teixeira Coelho Netto. Perspectiva, (Coleção estudos).São Paulo: 1975.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 16.ed. Paz e terra, Rio de Janeiro: 2002.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. 10. ed. Ática, (Série Princípios).São Paulo: 1999.

INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa (José Pereira x João Pessoa – 1930)**. Civilização brasileira, Rio de Janeiro: 1980.

JOFFILY, José. **Anayde Beiriz, Paixão e morte na revolução de 30**. Companhia Brasileira de Artes Gráficas(CBAG), Rio de Janeiro: 1980.

_____ **Revolta e revolução: cinquenta anos depois.** Paz e terra, Rio de Janeiro: 1979.

JOFFILY, Geraldo Irenêo. **O quebra-quilo: a revolta dos matutos contra os doutores 1874.** Brasília: 1974.

LOPES, Edward. **Fundamentos da lingüística contemporânea.** 17. ed. Cultrix, São Paulo: 2001.

LUYTEN, Joseph M. **Um Século de Literatura de Cordel.** Nosso Studio Gráfico Ltda. São Paulo: 2001.

LYONS, John. **Introdução à lingüística teórica.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MADEIRA, Ricardo Baptista. **Sociosemiótica e comunicação social.** Acta Semiótica et Lingüística, SBPL/ Plêiade, v.6, São Paulo: 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** Tradução de Cecília P. de Sousa-e-Silva e Décio Rocha. Cortez, São Paulo: 2001.

MARIANO, Paulo. **Princesa: antes de depois de 30.** Empresas Gráficas do Nordeste, João Pessoa: 1991.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a luta no Brasil.** 5ª ed. Vozes, Petrópolis: 1995.

MELO, Fernando. **João Pessoa: uma biografia.** 2.ed. Ideia, João Pessoa: 2000.

_____ **João Dantas: uma biografia.** 2ª ed. Ideia, João Pessoa: 2002.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba.** 7.ed. A união, João Pessoa: 2003.

MORAIS, Fernando. **CHATÔ, o Rei do Brasil.** Companhia das Letras, Editora Schwarcz, Ltda. São Paulo: 1999.

NETO, Dorgival Terceiro. **Gente de Ontem Histórias de Sempre.** Edições Itacoatiara, João Pessoa: 1991.

NÓBREGA, Francisco Pereira. **Vingança, não.** 4ª ed. Ideia, João Pessoa: 2002.

- NÖTH, W. **A Semiótica no século XX**. 2.ed. Annablume, São Paulo: 1999.
- _____. **Panorama da semiótica: de Platão a Peirce**. 2. ed. Annablume, São Paulo: 1998.
- NUNES, Luiz. **A morte de João Pessoa e a revolução de 30**. A União, João Pessoa: 1978.
- OLIVEIRA, Bismarck Martins de. **O Cangaceirismo no Nordeste**. Gráfica Pontual Ltda. 2ª ed. João Pessoa: 2002.
- PAIS, Cidmar Teodoro. **Sociosemiótica, semiótica da cultura e processo histórico: liberdade, civilização e desenvolvimento**. In: Anais do V encontro nacional da ANAPOLL. Porto Alegre: 1991.
- _____. **Elementos para uma tipologia dos sistemas semióticos**. Revista Brasileira de Lingüística. SBPC, v.6., n.1, São Paulo: 1992.
- _____. **Texto, discurso e universo de discurso**. Revista Brasileira de Lingüística. Plêiade, v.8, n.1, ano 8, São Paulo: 1995.
- PEREIRA, Joacil de Brito. **José Américo de Almeida: a saga de uma vida**. Instituto Nacional do Livro, Senado Federal, Brasília: 1987.
- PINTO, Antônio Décio. **Coronel Zuza e a República da estrela**. Editora de Pernambuco – CEPE, Recife: 1994.
- RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A revolta de Princesa**. A União, João Pessoa: 1978.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. (18ª reimpressão). Brasiliense, (Coleção Primeiros Passos, nº 103). São Paulo: 2002.
- _____ & NÖTH, W. **Bibliografia comentada: semiótica**. Experimento, São Paulo: 1999.
- SANTOS Idelette Muzart Fonseca dos; BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita. **Cancioneiro da Paraíba**. Editora GRAFSET, João Pessoa: 1993.
- SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 14.ed. Brasiliense, São Paulo: 1994.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 24. ed. Cultrix, São Paulo 2002.

SILVA, Antônio Gonçalves da. (Patativa do Assaré). **Cante lá que eu canto cá**. 2ª ed. Vozes, Petrópolis: 1978.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília R. **Fim da primeira república (1927 – 1930)**. Milesi Editora Ltda. São Paulo: 1975.

SOBREIRA, Ivan Bichara. **Carcará** (romance). José Olympio Editora, Rio de Janeiro: 1984.

TRIGUEIRO, Oswaldo. **A Paraíba na primeira república**. A União Editora, 2ª ed. João Pessoa: 1982.

WAINER, Samuel. **Minha Razão de Viver**. (Coordenação Editorial de Augusto Nunes). Minha Razão de Viver. Record. 8ª ed. Rio de Janeiro: 1987.

VIDAL, Ademar. **João pessoa e a Revolução de 30**. Edições Graal, Rio de Janeiro: 1978.

REVISTA DE PRINCESA, José Pereira, a chama ainda acesa. Série IV Centenário (1884/1984), A União, João Pessoa: 1984.